



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Seminário	Nº: 0680/11	DATA: 06/06/2011
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 12h55min	DURAÇÃO: 02h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h23min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO – Coordenador-Geral de Direitos Humanos, representando o Ministério da Educação.
SUAMY SANTANA DA SILVA – Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
DANIELLY DOS SANTOS QUEIRÓS – Representante da Coordenação de Direitos Humanos do Ministério da Educação.
EDUARDO LEITE SOUSA – Tenente-Coronel e Comandante do 1º Batalhão Escolar do Distrito Federal.
JOACY DE DEUS PINHEIRO – Coordenador Técnico da Coordenação do Enfrentamento Nacional da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos.

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema *O Uso de Armas*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
O seminário foi suspenso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - É com grande satisfação que damos início ao Seminário *O Uso de Armas*, promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Convido para compor a Mesa o Sr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, Coordenador-Geral de Direitos Humanos, que representa o Ministério da Educação; o Sr. Suamy Santana, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. *(Pausa.)*

Informo aos presentes que o nosso seminário será gravado pela *TV Câmara* e posteriormente exibido para todo o Brasil.

Eu convido também para compor a Mesa o Deputado Alexandre Leite, de São Paulo.

Este seminário tem como objetivo produzir um material, exibindo as palestras que serão aqui proferidas, com o intuito de esclarecer e dirimir dúvidas de diretores dos diversos estabelecimentos de ensino de nosso País, de professores, de pais de alunos, enfim, de todos aqueles que são responsáveis pela segurança nas escolas, pelo dia a dia dos estudantes nos estabelecimentos de ensino; esclarecer a sociedade sobre o Estatuto do Desarmamento; e buscar a formatação de leis que tenham como objetivo principal coibir o uso da arma ilegal no País, para evitar que haja altos índices de violência e de criminalidade em nosso Brasil.

Daremos início ouvindo, inicialmente, a mensagem do Sr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, que representa o Ministério da Educação.

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO - Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, agradeço à Comissão o convite e a iniciativa.

Meu nome é Fábio, sou jornalista e Coordenador-Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, coordenação que é vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Na Coordenação de Direitos Humanos, tratamos dos temas da criança, do adolescente e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA dentro do Ministério da Educação.

Eu falava ali fora que venho aqui fazer uma saudação, pois não cabe ao MEC, sozinho, emitir resoluções, portarias e apresentar projetos para discutir o tema. Entendemos que esse é um assunto sobre o qual devemos falar e agir em parceria com o Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério



do Esporte, o Ministério da Cultura. É um assunto interssetorial, é um assunto de agenda interministerial, portanto, vamos trabalhar sempre nessa perspectiva.

Também temos certeza de que, para discutir e apresentar projetos sobre isso, devemos envolver a comunidade escolar. Há projetos no MEC, como o Escola que Protege, o Escola Aberta, o ECA na Escola; programas de formação inicial e continuada de professores; a rede Universidade Aberta do Brasil; cursos a distância e presenciais sobre esses temas; e elaboração de material didático, pedagógico e paradidático. Mas sabemos que são iniciativas e ações insuficientes, por isso estamos dispostos a dialogar e construir novos projetos.

Há um projeto grande, o Programa Escola Aberta, em que a escola também fica aberta no contraturno e nos fins de semana, com atividades lúdicas, culturais e esportivas.

Sabemos que a comunidade precisa se apropriar da escola, para que a escola seja um espaço daquela comunidade e não um espaço das crianças e dos adolescentes. A comunidade escolar precisa participar desse processo.

Esta é apenas uma Mesa de abertura. A Danielly, que está aqui, é socióloga e técnica da área e vai falar no primeiro painel da próxima Mesa, sobre os projetos e ações do MEC. Mas, nós vimos aqui registrar que o Ministro Fernando Haddad tem total comprometimento com o tema, assim como a Secretária Cláudia Dutra.

Colocamos aqui o Ministério e a SECADI à disposição. Vamos participar do debate; vamos construir novos projetos e novas ideias; e vamos organizar ações que sejam iniciativas inovadoras e emblemáticas, que sejam bem-sucedidas.

Acho que também nos cabe pegar as iniciativas bem-sucedidas de combate ao preconceito, à discriminação e à violência, para sistematizá-las e divulgá-las, o máximo que conseguirmos, para outras escolas, outros Municípios, outros Estados, sempre numa pacto federativo com Estados e Municípios.

Enfim, estou aqui colocando o MEC à disposição, agradecendo o convite. Vamos para o debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Concedo a palavra ao Sr. Suamy Santana, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.



O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, agradeço ao Deputado Mendonça Prado por ter feito esse convite honroso ao nosso Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Dr. Sandro Avelar, que, por problemas de agenda, não pode comparecer a este ato — e, assim, eu o represento.

Cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Gostaria, inicialmente, de falar sobre o tema que vamos debater durante todo o dia de hoje: desarmamento. O que vou dizer não se resume à fala de um estudioso — sociólogo e antropólogo — sobre o tema, mas de um profissional de segurança pública, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal que, durante quase 30 anos, tem trabalhado com essa questão da violência e da criminalidade na sociedade brasileira.

Nós verificamos que, após a Constituição de 1988, as instituições do Estado vêm lutando para se democratizar — e a Polícia não é diferente. A nossa Polícia, que foi utilizada largamente em defesa do Estado, como braço armado, começou a voltar o seu foco para a sociedade em si, como aquele segmento principal e mais importante para a construção da democracia.

Bem, se a Polícia tem esse papel, como promotora e construtora de um Estado Democrático de Direito, é fundamental que se debata a defesa dessa sociedade. Estamos colocando hoje uma questão que envolve a defesa do cidadão, a sua autodefesa como portador de uma arma, e um Estado que tem o dever de defender essas pessoas, e, por questão estrutural, não consegue exercer o seu papel em sua plenitude.

Também temos de fazer uma breve reflexão sobre o grau de amadurecimento da cidadania e da postura democrática do cidadão brasileiro. É fundamental que debatamos e coloquemos em discussão a percepção da sociedade sobre essa questão da defesa. Qual é o perfil do cidadão brasileiro como ente social?

Nós temos uma sociedade muito nova, constituída após o descobrimento do País, em 1500, que vem vivenciando, nos dias de hoje, o maior período democrático desde a sua existência. Evidentemente, essa sociedade viveu, durante quase 500 anos, sob a égide de uma ditadura de Estado, sob a égide de uma cultura



autoritária. E essa cultura autoritária é decorrente da experimentação de uma não democracia.

Então, estamos num momento importantíssimo para a sociedade. Esses temas são fundamentais para o debate. E a segurança pública, apesar de, em algumas estatísticas, não estar presente como prioridade primeira, nas ruas se apresenta como tal. Quando falamos de saúde, falamos de segurança pública; quando falamos de educação, falamos de segurança pública; quando falamos de urbanização das cidades e utilização do espaço público, falamos de segurança pública. Ou seja, segurança pública é o tema central para a construção de um Estado Democrático de Direito. Não é à toa que a *Carta de Direitos*, na revolução iluminista, já colocava o papel da polícia na constituição de um Estado liberal, um Estado que respeitasse o direito do cidadão.

Então, esta Casa, mais do que nunca, mais do que nenhum outro lugar, tem o respaldo moral para sustentar este debate.

Sr. Deputado, agradeço mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui. Tenha certeza de que a Polícia Militar do País, a Polícia Civil do País, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são entes importantíssimos neste debate e não podem, de forma nenhuma, ficar de fora na discussão de uma política que vá constituir o Estado Democrático de Direito em sua plenitude.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Com as palavras dos dois ilustre convidados, nós concluimos a fase inicial, a abertura dos nossos trabalhos.

A partir de agora vamos desfazer a primeira Mesa, para iniciar o primeiro painel.

Agradeço aos senhores pelas mensagens.

Daremos início, neste momento, ao primeiro painel, cujo tema é *Segurança nas Escolas e Bullying*.

Convido para compor a Mesa a Sra. Danielly dos Santos Queirós, representante da Coordenação de Direitos Humanos do Ministério da Educação (*pausa*); o Sr. Tenente-Coronel Eduardo Leite Sousa, Comandante do 1º Batalhão de Policiamento Escolar do Distrito Federal (*pausa*); o Sr. Joacy de Deus Pinheiro,



Coordenador Técnico do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos (*pausa*).

Informo, mais uma vez, que este seminário está sendo gravado e posteriormente será exibido pela *TV Câmara* para milhões de brasileiros. Portanto, é importante apresentarmos aqui boas sugestões e ideias com o objetivo de coibir, de inibir as ações criminosas contra estudantes e a circulação de armas ilegais.

Informo que aqueles que desejarem se inscrever para os debates, deverão entregar aos servidores da Comissão a ficha de inscrição devidamente preenchida.

Passo a palavra, por 20 minutos, à primeira palestrante, Sra. Danielly dos Santos Queirós, representante da Coordenação de Direitos Humanos do Ministério da Educação. Com a palavra S.Sa.

A SRA. DANIELLY DOS SANTOS QUEIRÓS - Obrigada.

Bom dia a todas e a todos. Agradeço ao convite. Cumprimento todos os palestrantes, na pessoa do Deputado Mendonça Prado.

Eu quero partir da premissa de que o Ministério da Educação tem todo interesse em participar desta discussão justamente porque nós consideramos que pensar a segurança nas escolas e o enfrentamento, as diversas formas de violências nas escolas, significa considerar o quanto uma criança ou um adolescente pode ter um percurso educacional fragilizado se ela ou ele passam por algum tipo de violência. Esse é um primeiro aspecto.

Então, o nosso compromisso é não só fazer com que a criança e o adolescente tenham acesso à escola, mas fazer com que esse acesso seja seguido de permanência e de sucesso na escola.

Pensar segurança nas escolas significa não só fazer com que as pessoas tenham sua integridade física assegurada, mas que elas também tenham qualidade na educação. Qualidade na educação é um conceito amplo, mas também representa relações sociais, interpessoais, em que o estudante tenha condições de estar na escola, de se sentir bem naquele ambiente.

Então, é essa a premissa, é essa a concepção que precisamos ter, porque, a partir daí, vamos contribuir para que toda a comunidade escolar — professores, gestores, coordenadores pedagógicos, enfim, todos os profissionais de educação e



pais, responsáveis e estudantes — contribua para que essas relações interpessoais, para que essa qualidade dentro do ambiente escolar realmente aconteça.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, tem esta missão: contribuir para a redução das desigualdades educacionais. Essa redução das desigualdades educacionais também passa por uma compreensão do que leva as crianças a saírem da escola ou do que faz com que essas crianças tenham um percurso educacional que seja vulnerável. Daí toda a compreensão sobre os projetos, os programas, as ações que o Ministério tem e fomenta junto aos Estados e Municípios, no sentido de diminuir essas vulnerabilidades. Um deles

Uma dessas questões é a violência, uma dessas questões é a segurança nas escolas. Quando pensamos no episódio de Realengo, na escola em que as crianças foram mortas, pensamos especialmente em todas as experiências nacionais e internacionais que vêm sendo divulgadas a respeito de segurança nas escolas. A UNESCO em particular, que é um organismo internacional, vem divulgando muitas pesquisas e muitas experiências nesse sentido.

O que mais observamos é que manter a segurança, proporcionar segurança nas escolas é fazer com que elas estejam abertas. Isso parece um paradoxo porque, realmente, a nossa sensação é a de que a escola deve se fechar — aí as grades, os muros, etc. Porém, todas as pesquisas internacionais e nacionais de maior sucesso indicam exatamente que, quanto mais a comunidade escolar estiver se sentindo pertencente àquela escola, quanto mais a comunidade escolar tiver acesso àquela escola, mais a escola é cuidada, mais as pessoas conseguem fazer com que aquele ambiente seja protegido. Por quê? Porque aquele equipamento não se torna algo de ninguém, mas algo de todos.

Então, este é um elemento fundamental: fazer com que a comunidade, os alunos se sintam pertencentes àquele ambiente faz com que eles cuidem mais da escola. Esse é o primeiro aspecto.

Especialmente a partir de 2004, com a criação da SECADI, essa Secretaria do Ministério da Educação, foram sendo implementados programas e projetos que envolvem exatamente isso.



O Escola Aberta é um programa em que as escolas são abertas nos fins de semana, para toda a comunidade escolar. E lá são desenvolvidas atividades de recreação, esporte e lazer, oficinas de criação de renda, ou seja, atividades para todas as pessoas que ali convivem. A partir daí, as escolas começam a ser mais bem cuidadas, as pessoas começam a ter um olhar diferenciado sobre aquele espaço.

Um outro projeto iniciado a partir de 2004 é o Escola que Protege. Ele também nasceu também com a perspectiva de enfrentar todas as formas de violência contra crianças e adolescentes: abuso e exploração sexual, trabalho infantil, maus-tratos, negligência, *bullying*, ou seja, todas as manifestações de violência que se dão contra crianças e adolescentes.

A partir desse projeto, nós formamos profissionais de educação com essas temáticas, para que eles também contribuam para que nós façamos o enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes.

Essas são algumas iniciativas que nós começamos a tomar para que as violências sejam enfrentadas, para que as pessoas se sintam cada vez mais seguras no ambiente escolar.

Segundo algumas pesquisas, um dos grupos de adultos mais procurados quando a criança está passando por uma situação de violência é o dos profissionais de educação. Muitas vezes, quando o estudante tem um problema, ele recorre ao professor, quando não recorre aos seus familiares.

Esse é um aspecto importante, que chama atenção para o fato de que devemos valorizar o trabalho do profissional de educação, capacitando-o e formando-o para que tenha mecanismos materiais didáticos e pedagógicos e possa contribuir para que exista segurança nas escolas. Esse é um aspecto para o qual também quero chamar a atenção.

Com relação a *bullying*, o seu conceito traz uma definição que tem a ver com uma violência que pode ser física ou simbólica, de um estudante contra outro, ou seja, é entre pares que acontece o *bullying*.

Estes projetos do Ministério da Educação que comentei — o Escola Aberta, o Escola que Protege — também envolvem essa temática, mas nós precisamos levar em conta outros tipos de violência. O que quero dizer com isso? No ambiente



escolar ocorre não só o *bullying*; ocorrem outras violências que não dependem de uma relação de assimetria hierárquica. Ou seja, se eu estou falando de uma violência entre pares, eu estou falando de algo que não está relacionado a uma hierarquia, no entanto, observamos que também ocorrem muitas violências entre os não pares.

Então, os projetos de educação em direitos humanos contribuem para o enfrentamento das violências, mas numa perspectiva ainda maior: a de enfrentar os diversos tipos de violência, inclusive a violência institucional, que também ocorre, assim como também ocorre violência entre os profissionais de educação e contra os profissionais de educação. Portanto, é preciso que percebamos a amplitude das manifestações de violências que acontecem. Esses são aspectos importantes no processo.

Há um outro aspecto para o qual quero chamar a atenção: quais seriam, então, as formas que nós teríamos para contribuir em relação à segurança nas escolas?

O primeiro elemento é chamar a atenção para o fato de que, com uma boa gestão, a escola consegue fazer com que a comunidade escolar se sinta pertencente àquele ambiente. Esse é um primeiro elemento.

Um outro elemento é fazer com que a trajetória escolar dos estudantes seja acompanhada. O maior problema que nós enfrentamos é justamente fazer com que o aluno permaneça naquele ambiente, tenha sucesso naquele ambiente, sem que seja discriminado. Eu chamava atenção ao falar sobre a qualidade no ambiente escolar porque ela também significa isto: a nossa capacidade de fazer com que todos se sintam acolhidos, se sintam incluídos.

O conceito de inclusão é bastante amplo. Existe uma pesquisa feita pela FIPE-USP sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, que fala exatamente sobre estas questões: a identidade de gênero; a orientação sexual; a origem; a raça ou etnia, enfim, de aspectos relacionados a peculiaridades de cada um de nós. É preciso observar e valorizar cada sujeito a partir de suas peculiaridades. Esse é um aspecto importante, portanto faz todo sentido que os profissionais de educação contribuam para que esse ambiente se torne cada vez mais de inclusão.



Em função de algumas dessas peculiaridades e particularidades, há discriminação e preconceito, a partir dos quais se desenvolvem manifestações de violência. Esse é um aspecto importante.

Além disso, eu também quero chamar atenção para uma pesquisa que foi encomendada pela SECADI, do Ministério da Educação, que mostra exatamente por que as violências vêm se manifestando no ambiente escolar.

Nós sabemos que a violência pode ser observada sob um ponto de vista sociológico, psicológico ou filosófico. As violências nas escolas começam a se tornar um fenômeno especialmente a partir dos anos 80. Esse fenômeno não se dá somente por conta da escola em si, mas por conta de toda a sociedade, por conta do desenvolvimento do Brasil.

Isso se dá especialmente por um crescimento populacional; por um aumento da população urbana; por um aumento das zonas periféricas nas grandes cidades; por um aumento da população de baixa renda; especialmente por conta da democratização do acesso à escola.

Nós tínhamos uma escola pública muito boa, mas que era boa para poucas pessoas. A partir dos anos 80, vamos percebendo que a vai incluindo cada vez mais pessoas. Isso, evidentemente, vai também fazer com que haja um aumento da população escolarizada. Além disso, há uma crise da instituição escola em si, tal como existe uma crise da instituição família, por exemplo, em que há questionamento da autoridade. Antes, o pai e a mãe eram considerados grandes autoridades, o professor era uma grande autoridade na escola. Mas isso vem sendo questionado. Então, passa-se por uma crise dessa instituição, o que não se dá somente no Brasil. A crise da instituição escola está em todo o mundo.

Outro fator é o aumento das taxas de mortalidade entre os jovens e a democratização, a extensão da violência em todo o País. Esses são elementos para considerarmos que a manifestação da violência vem acontecendo não só na escola, mas na sociedade de modo geral. Então, a escola acaba reproduzindo situações, fenômenos sociais que estão em toda parte.

Alguns pedagogos, sociólogos, antropólogos, pessoas ligadas ao direito vêm estudando a violência nas escolas e apontam basicamente para dois tipos de análise sobre o fenômeno violência nas escolas: uma violência que viria de fora e,



portanto, exteriorizada, e uma violência que está em cada um de nós, e, portanto, nós precisamos lidar com ela dentro de nós mesmos. Tanto é que existe uma teoria filosófica que fala exatamente do quanto a violência está em nós ou do quanto a violência está fora de nós. Existe ainda outra compreensão sobre as violências nas escolas, que é a noção de que existe algo de excessivo ou um desequilíbrio de forças e, em função disso, a violência se impõe, como, por exemplo, excesso de cobrança por disciplina, desequilíbrio mesmo no que se refere ao que o outro pode fazer, uma violência institucional. A partir daí, foram se desdobrando os estudos sobre as violências nas escolas. É considerando esses elementos que nós precisamos pensar nas causas da violência no País, no mundo, na sociedade de modo geral, e as causas da violência que se reproduz na escola.

O que eu estou querendo dizer é que essa violência se manifesta de determinada forma na escola, mostra o quanto essa escola acaba se tornando o espelho da sociedade e vem a contribuição da educação para essa questão, ou seja, o quanto a educação pode contribuir para que essa cultura de violência se desfça, se desconstrua. É por isso que eu chamo atenção para o fato de que é necessário, sim, reproduzir experiências que estejam relacionadas à formação de profissionais de educação, à produção de material didático para que esses profissionais tenham instrumentos a serem utilizados no ambiente escolar, na sala de aula.

O Ministério da Educação sempre estará em parceria com outras instituições que estão enfrentando as violências. Tanto é que o Projeto Escola que Protege, que mencionei, sempre está em articulação com os outros Ministérios que atuam no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes justamente para que a gente possa não solucionar o problema sozinhos, mas contribuir de forma a fazer com que a comunidade escolar se sinta acolhida. E essa comunidade escolar vai atuar em conjunto.

Existe outro programa do Ministério da Educação chamado Ética e Cidadania que tem vocação muito interessante na questão da mediação de conflitos, na questão do debate, do diálogo entre as pessoas que participam da comunidade escolar.



É no Programa Ética e Cidadania que nós temos o fomento à formação de fóruns de ética e cidadania nas escolas. O que significa isso? Significa que toda comunidade escolar estará em assembleia, em reunião atuando conjuntamente e não só debatendo sobre os problemas que a escola tem, mas também fomentando, agindo para que esses problemas sejam solucionados. Esse é um aspecto importante para o qual precisamos chamar a atenção.

A violência se manifesta ali, na localidade, e é a localidade que vai contribuir para que essas violências não se manifestem. Não adianta somente o Ministério da Educação atuar daqui de Brasília, mas cada comunidade escolar pode contribuir, à medida que essa comunidade está atuante, está presente, está fazendo com que os estudantes realmente sejam assistidos, sejam atendidos. A perspectiva é justamente fazer com que cada vez mais as pessoas possam debater, discutir quais são seus problemas e encontrar soluções. Isso deve partir do Ministério da Educação como fomentador de políticas públicas nessa área e também das secretarias estaduais e municipais de educação. Então, esses são aspectos importantes.

Há outro elemento para o qual chamo atenção. Pelo Projeto Escola que Protege, não só as universidades oferecem cursos aos profissionais de educação no que se refere às temáticas do enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, mas também são criadas comissões gestoras locais, compostas por instituições que atuam diretamente no atendimento a crianças e adolescentes. Juntam-se secretaria de educação, secretaria de saúde, secretaria de assistência social ou desenvolvimento social, Ministério Público, isto é, órgãos e entidades da localidade para acompanhar o projeto, mas também porque são instituições, são entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esse é um outro elemento que nos faz pensar no quanto nós devemos reunir entidades, associações, instituições que estão diretamente ligadas à questão, seja ao atendimento, à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, seja a questões ligadas ao enfrentamento das violências ou ao fomento da segurança. Esse é outro aspecto para o qual eu quero chamar a atenção, para que possamos pensar nas soluções.

Agora, eu quero chamar a atenção também para o fato de que não basta que o profissional de educação tenha, por exemplo, um curso de formação em algumas



temáticas relacionadas seja ao enfrentamento às violências seja ao fomento à segurança, mas que também os profissionais de educação possam pensar nas teorias, nos conceitos apresentados a eles e também elaborar planos de intervenção, planos de ação para que possam relacionar teoria e prática. Esta também é uma particularidade do Projeto Escola que Protege, ou seja, o profissional de educação não só tem acesso a um curso, mas ele precisa pensar na sua realidade, isto é, fazer com que os conceitos, as teorias tenham aplicação prática. Este é um elemento importante. E a partir daí consideramos que ele também vai contribuir.

Não quero ficar falando muito sobre todos esse projetos, quero deixar um pouco do assunto para o debate.

Basicamente, encerro falando sobre a Plataforma Freire, lugar onde o profissional de educação pode fazer a sua inscrição em todos os cursos da área de educação em direitos humanos. Há o curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. São cursos de extensão e de especialização em que o profissional de educação vai poder ter acesso não só à discussão mas também a materiais. No portal do professor há algumas aulas a que o professor também tem acesso para que ele pense sobre alguns temas. São propostas de aulas mesmo em que ele pode abordar essa questão junto aos seus alunos.

Existem algumas iniciativas que o Ministério da Educação vem tomando que são justamente para instrumentalizar e capacitar o profissional de educação. Quando eu falo de profissional de educação, estou falando de professores, gestores, diretores, coordenadores pedagógicos, enfim, todas as pessoas que atuam no ambiente escolar.

Acho que é basicamente isso. Haverá ainda muita discussão. E assim encerro minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço à Sra. Danielly. Parabenizo-a pelo conhecimento que demonstrou ter, pelo domínio que tem sobre o assunto. Ficam aqui registrados nossos agradecimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Tenente-Coronel Eduardo Leite Sousa, Comandante do 1º Batalhão Escolar do Distrito Federal, por 20 minutos.



O SR. EDUARDO LEITE SOUSA - Sr. Deputado Mendonça Prado, gostaria de agradecer à Casa pela iniciativa, por ter envolvido a Polícia Militar em questão tão importante, o uso de armas, e, especificamente, pelo convite para participar do seminário que trata do assunto segurança nas escolas e *bullying*.

Meus cumprimentos à Mesa e à Sra. Danielly dos Santos, Coordenadora dos Direitos Humanos, que fez uma explanação a respeito dos projetos efetuados pela Secretaria de Educação, e ao Sr. Tenente-Coronel Suamy, que explanou muito bem sobre a democratização da Polícia Militar e deu uma noção geral sobre a polícia em si estar envolvida em todas essas questões de segurança. Ele falou sobre escola, saúde, que, por fim, acaba sempre incidindo e tendo como parceiras as polícias.

Início falando um pouco sobre o trabalho do Batalhão Escolar, pioneiro aqui em Brasília. Sabemos que em vários Estados esse trabalho é feito por patrulhas escolares, como é o caso do Rio de Janeiro, de São Paulo e Goiás. Tenho orgulho de participar dele e informar que Brasília foi a pioneira, e talvez isso tenha relação com a geografia, porque é um dos poucos locais onde há batalhão especificamente para o trato com essa comunidade, que são as escolas.

Esse trabalho surgiu em 1989, através da demanda de uma escola. Uma criança sofreu uma violência no Gama e, desde então, o Governo do Distrito Federal instituiu esse batalhão que até hoje funciona perfeitamente, com alguns altos e baixos.

Em algumas épocas, inclusive, houve algum tipo de incitação em relação a acabar com o Batalhão Escolar, o que não aconteceu, e cada dia nós vemos a importância da atividade por ele desenvolvida.

Deixo inicialmente para questionamento a seguinte pergunta: até quando será necessário haver um policial na porta da escola para que ela funcione perfeitamente?

A Danielly falou a respeito da escola aberta, dos trabalhos. A Polícia Militar acompanha também essa tendência de que a escola tem que estar com as portas abertas, e é o que nós não vemos hoje. Vemos as escolas colocando circuito de câmeras, acontece um fato como o do Rio de Janeiro e colocam detectores de metais na porta das escolas para evitar a entrada de armas. Tudo isso nos remete a este seminário. Devido a essa demanda são criadas novas legislações.



Na semana passada, ao participar de um evento na Câmara dos Deputados, li uma cartilha elaborada pelo Deputado Cristiano Araújo, que cria mais mecanismos para que a escola tenha condições de combater realmente a violência nas escolas e especificamente o *bullying*.

A cartilha apresenta algumas atividades e ações que os diretores e professores poderão ter em relação a eventos que ocorram na escola que não caracterizem especificamente o crime. A partir do momento em que for caracterizado como delito, a Polícia Militar vai ser convidada a acompanhar aquela ocorrência.

Vou falar um pouco, e tentarei ser breve, sobre o Batalhão Escolar, para que os senhores entendam o que ele faz.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Batalhão Escolar, sede única, é distribuído em cinco companhias no Distrito Federal, tendo em vista a geografia. As atividades dos policiais: vão no local de trabalho, olham a escala de serviço, observam as suas demandas de serviço e vão para o local de trabalho. A sede funciona atualmente no Guará.

Segundo o planejamento estratégico da Polícia Militar existe a previsão de uma nova reestruturação. Ele será dividido em quatro batalhões, cada batalhão com seu efetivo, e haverá uma readequação em relação às cidades onde vai ser empregado o nosso policiamento.

O amparo legal, como falei para os senhores, é o decreto-lei que criou o Batalhão Escolar, em 1989.

As pessoas mais antigas de Brasília sabem que no início o Batalhão Escolar colocava um policial na porta das escolas. Essa foi a primeira proposta do Governo do Distrito Federal: a permanência do policial na porta da escola. Essa é uma das grandes questões quando vou nas escolas palestrar, falar sobre a demanda do policiamento. Eles questionam porque não tem um policial na porta da escola. Não tem devido o crescimento populacional, questão citada anteriormente pelo palestrante. Brasília cresceu muito, aumentou o número de quartéis. Outro motivo é a não realização de concursos públicos, e os senhores sabem que a Secretaria de Educação também sofre esse problema. A questão não é somente a falta de efetivo, e sim a dinâmica da aplicação de policiamento que vai se modificando no decorrer dos anos.



Em 1989, quando foi criado o Batalhão Escolar, havia um efetivo de 914 policiais para 629 escolas. Hoje, são 515 policiais para 1.080 escolas. Gostaria de deixar claro que o fato de serem apenas 515 policiais não é por desinteresse da Polícia Militar. Inclusive, a Polícia Militar é uma das unidades policiais com maior número de efetivo. Esse efetivo é hoje empregado todo em viaturas. Fazemos um trabalho mais dinâmico de aplicação e policiamento: os policiais vão às escolas, fazem contato com as diretorias, com a comunidade escolar e, logo em seguida, partem para outra escola a fim resolver problemas diversos.

Fazemos um trabalho pontual com as escolas. Seria muito fácil simplesmente pegar os dados da Secretaria de Segurança, tratá-los como furtos, roubos, locais de crime e aplicar o policiamento, mas não é isso o que fazemos. Posteriormente, vou falar sobre esse trabalho da Polícia Militar junto com a Secretaria de Educação, que é realmente um trabalho diferenciado.

Onde encontrar o Batalhão Escolar? Está aí a geografia do Distrito Federal dividida em cinco companhias, onde cada uma delas alcança uma quantidade de escolas. Essas cidades são atendidas por cada escola, como falei anteriormente, no caso da 1ª Companhia, por exemplo, Brasília, Lago Sul e Varjão, e por aí vai. O efetivo é distribuído de acordo com o tamanho da cidade, população, número de escolas.

E o que faz o Batalhão Escolar? O Batalhão Escolar tem seu efetivo a pé e motorizado. A pé, nos locais onde existe um grande número de incidentes, de ocorrências. Nós deixamos o policiamento naquele local, e são poucas escolas. Quando passa aquela sensação de insegurança na escola, em razão de suas demandas, nós fazemos um trabalho de policiamento rotativo, em que o policial ora está em um escola e ora está em outra, cobrindo uma certa quantidade de escolas.

E o forte do nosso policiamento é o policiamento em motocicleta e em viatura de quatro rodas, em que a mobilidade se torna mais prática. Normalmente as escolas são posicionadas perto de praças públicas e têm caminhos, calçadas por onde o aluno passa e onde não passa carro. São nesses locais que normalmente ocorrem os maiores números de delitos. Os alunos vão da porta do colégio para a parada de ônibus e, passando por esse local, às vezes onde tem um mato alto, onde



a iluminação é precária, os malandros procuram aproveitar o momento, principalmente se for escuro, para assaltar as crianças.

Além desse serviço ostensivo da Polícia Militar, constitucionalmente falando, pois a essência do policiamento é o trabalho ostensivo, diferente de outras instituições, como no caso da Polícia Civil, e isso se confunde muito, nós fazemos também trabalho preventivo. Algumas operações de prevenção se confundem muito com repressão.

As escolas normalmente convidam a Polícia Militar em razão de alguma notícia de que está entrando algum aluno armado, com drogas naquela escola, e há algumas operações que fazemos tanto na entrada da escola, com detector de metais, como dentro, caso haja alguma informação mais segura de que naquela escola existe algum tipo de armamento. Esse procedimento tem um aparo, pois existe uma cartilha do Ministério Público que fala sobre esses procedimentos policiais.

A Polícia Militar se preocupa com a discricção. Muitas vezes o diretor do colégio não quer aparecer porque normalmente é a primeira pessoa que vai ficar de frente com o aluno transgressor assim que a polícia for embora. Este é um dos nossos grandes problemas: depois que a polícia sai, o que vai acontecer? Então o diretor ou professor do colégio que está enfrentando aquela situação vai ter que saber administrar da melhor forma aquela questão.

As operações Escola Livre, Varredura e Blitz Escolar segue toda uma sequência. Escola Livre é a operação na porta do colégio, visando inibir. Passou ali o aluno, verificou que está havendo uma revista, vai deixar de entrar com a arma no colégio, ou mesmo com droga. A operação Varredura é feita internamente, dentro do colégio. E a operação Blitz Escolar envolve outras unidades policiais porque o Batalhão Escolar tem uma área de atuação que se chama perímetro escolar, até 100 metros das cercanias daquela escola.

Além dessas três operações, existe a operação Recuperação do Perímetro Escolar, feita pela Secretaria de Segurança e que envolve também DETRAN, AGEFIS, Polícia Civil, Bombeiro, no intuito de retirar do ambiente escolar possíveis estabelecimentos que venham tirar atenção do alunos, como, por exemplo, *lan house* ou locais que vendam bebida alcóolica, ambulantes.



A operação Volta às Aulas é feita no início de cada semestre letivo, ou seja, no início do ano e no início do segundo semestre, visando orientar alunos e pais de alunos em relação à segurança como um todo: trânsito, a forma de conduzir objetos como celulares, bolsas na entrada de colégio, para evitar engarrafamentos. Existem algumas orientações e essas operações normalmente são feitas com outras unidades policiais.

Como o policial do Batalhão Escolar é selecionado para trabalhar nessa unidade? Desde o início foi criada uma doutrina de que os policiais do Batalhão Escolar deveriam ser voluntários para trabalhar, e até hoje para a gente conseguir transferir um policial do Batalhão Escolar é difícil, porque realmente ele veste a camisa e gosta do serviço. Para o policial militar, trabalhar com a prevenção, em contato com o aluno, conversando, é muito satisfatório. Ele se sente bem trabalhando.

Normalmente na Polícia Militar ocorrem algumas transferências para adequar efetivo, seja qual for o motivo, e policiais também saem para fazer cursos diversos, e nessas saídas eles correm risco até de não voltar. Então eles geralmente pedem para retornar para o Batalhão porque gostam daquela atividade.

Dentro do Batalhão Escolar há vários tipos de atividade: o policial que trabalha ostensivamente na rua; alguns palestrantes selecionados para irem às escolas — depois vou passar aos senhores alguns temas palestrados por nossos policiais —; seminários oferecidos para policiais e para comunidade da Secretaria de Educação para que consigamos ter um bom entrosamento e tentar falar a mesma linguagem.

O curso de especialização visa orientar o policial em relação a procedimentos de abordagem, tendo em vista o trato ser com menores e existir toda uma legislação específica para lidar com criança e adolescente, o que não podemos esquecer. Também existe o fato de a legislação ser sempre atualizada.

As palestras são ministradas por policiais que também são voluntários, se identificaram, muitas vezes até nesses cursos de especialização, como instrutores e vão às escolas. E o que as escolas fazem? Os policiais vão à escola, fazem uma palestra sobre determinado assunto, sobre *bullying*, violência escolar ou outro assunto, a escola vê que disso surgiu algum efeito e começa a convidar os policiais



para ministrarem palestras sobre diversos assuntos. Esses policiais são capacitados, fizeram curso de formação. Cada palestra tem um objetivo específico e atinge uma faixa etária. Normalmente ele é convidado pela escola, que vai propor o tipo de assunto a ser abordado, indicando se é para crianças de 12 anos, 15 anos, se é só para pais, só para professores. Vai depender de cada caso.

E gostaria de dar um exemplo de uma dessas minhas idas às regionais. Eu tenho feito visitas nas regionais de ensino e tentado colocar o que a Polícia Militar pode fazer para contribuir com essa parceria. As diretorias regionais normalmente convocam os diretores e nós passamos o dia conversando sobre as melhores ações que podem ser feitas para melhorar a segurança na escola. E uma das professoras falou o seguinte: *"A minha escola é tranquila, não tem problema porque são alunos de 12 anos de idade, então, não tem problema."* Aí eu disse a ela: *"Professora, então o momento é agora de entrarmos na escola, de falarmos um pouco sobre drogas, sobre violência, porque, daqui a pouco, ele vai para uma escola onde tem alunos de 14, 15 anos e esse aprendizado vertical é complicado, porque o aluno não aprende em casa, não fala com os pais sobre drogas, não fala sobre sexo, não fala sobre bullying."*

E até me coloco nessa situação, porque eu tenho um filho de 10 anos e só comecei a falar com ele agora a respeito de drogas, porque ficamos realmente com vergonha. E agora que ele fez o curso do PROERD, sobre o qual vou falar um pouco depois, ele começou a perguntar, e começamos a falar sobre esse assunto. Mas ficamos um pouco inibidos realmente. Imagem quem não tem tempo, passa o dia todo na rua, chega em casa, vai lavar roupa, vai fazer comida, no outro dia volta de novo ao serviço. Então, os filhos ficam mais ali com conhecimento dos amiguinhos.

Voltando à questão, eu disse à professora: *"Então vamos colocar uns policiais para tentar falar um pouco sobre a questão da violência, sobre evitar drogas."*

Muitas vezes o policial fala para os alunos: *"Vocês conhecem, por exemplo, maconha?" "Ah! Nós sabemos." "Mas alguém já viu, conhece o cheiro, sabe como é?"* Nessa hora é que nós vamos mostrar e tentar ensinar as crianças a dizerem não às drogas realmente e não deixar que esse conhecimento venha de pessoas que, como eles, acham que sabem tudo, mas acabam sendo iludidas.



Essas aqui são algumas palestras dos nossos policiais. Eu peguei uma sequência de palestras feita por um dos nossos policiais, de acordo com cada escola, como eu falei. Por exemplo: atuação da família; boa convivência escolar; *bullying* escolar; *cyber bullying*; Estatuto da Criança. Vai depender de cada escola e de cada professor. Por isso é que eu disse aos senhores que, para o nosso trabalho, não adianta apenas coletarmos os dados daquela escola, fazemos um trabalho estatístico e aplicamos como um todo.

Normalmente os policiais vão à escola, fazem contato com a direção: "*Professora, como está hoje? Está dessa forma? Não está?*" "*Ah, o problema aqui é na saída do colégio*".

Como em todas as escolas, o problema ocorre sempre na saída do colégio, na hora da saída do turno matutino e da entrada do turno vespertino. Então, vamos priorizar, ver qual é a que precisa de maior atenção e fazer um trabalho com aquela escola.

O batalhão escolar. Então, como funciona esse nosso ciclo de aplicação do policiamento? Houve uma alteração na cessação de segurança? Nós aplicamos rondas e palestras, vai depender da escola. Aconteceu algum ato infracional? Nós encaminhamos as partes à delegacia e fazemos uma ação mais intensa ali, até que aquela escola volte à normalidade.

Se for o caso de denúncia de presença de droga ou qualquer outro tipo de denúncia, nós fazemos as nossas operações, e, esgotadas todas essas questões, se observarmos que a violência ainda continua, fazemos uma avaliação, convidamos a diretora da escola ou vamos lá com o policial que trabalha ali, exatamente aquele que participa do cotidiano da escola, e vamos tratar da questão da violência especificamente no local.

Aqui estão algumas orientações que passamos para os diretores de colégio. Recomendamos que, toda vez que aconteça um fato, o batalhão escolar seja convidado para acompanhar — e mesmo com policial já há problema, não é? Se colocamos um menor na viatura, ele chuta o policial, chuta a viatura, indis põe-se com o policial... Existem algumas peculiaridades em relação à criança e ao adolescente. A criança tem um trato específico pelo Conselho Tutelar. O adolescente é encaminhado à DCA. O maior que comete infração contra o menor é



encaminhado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. E nem sempre o professor, preocupado com as questões da educação, participa desse *métier* das ocorrências policiais, e, porventura, pode até responder por algum excesso. Nós, não. Nós já estamos envolvidos com a questão no cotidiano, então, sabemos tratar essa questão com mais tranquilidade.

Ainda sobre a questão das peculiaridades, normalmente os policiais que vão à escola deixam até seus telefones com o diretor da escola. Isso é normal. Muitas vezes, o diretor liga 190 e, aí, o 190, é claro, tem mais informações para passar.

Gostaria de dizer que escola não é só o batalhão escolar. A segurança da escola também cabe à da unidade da área. Em cada área existem várias unidades policiais que podem atender aquela ocorrência, mas, quando outra unidade, por exemplo, na área da Plano Piloto, que é o 1º Batalhão, atender aquela ocorrência, seremos convidados, e a ocorrência nos será repassada, para que possamos tratar dela, porque os policiais já têm todo um preparo em relação àquela questão.

O Batalhão Escolar é uma unidade especializada, assim como outras, como o Batalhão de Operações Especiais, unidades ambientais. Então, os policiais são preparados para o trato com aquele público, justamente para evitar que aconteçam notícias de excessos policiais.

Então, nós atuamos através do 190; recebemos pedidos de policiamento por meio de ofícios e do telefone do Batalhão — nós não cumprimos tanto essa formalidade — e há também um *site* nosso específico, que recebe denúncias e tem várias orientações em relação a procedimentos.

Apenas para tentar encurtar a nossa conversa, em razão do tempo, resalto que, nessas nossas idas aos colégios, nós conversamos muito com os diretores sobre o que podemos fazer em relação à segurança na escola. São vários fatores que influenciam, não é só o policial na escola.

Eu vou dar um exemplo bem claro aqui: faixa de pedestre. Vamos usar o exemplo da faixa de pedestre. Toda vez que acontece um atropelamento ou qualquer incidente em uma via próxima à escola, o Batalhão Escolar é convidado, seja pela escola, seja pela imprensa, e tentam responsabilizá-lo porque não haver um policial naquela faixa de pedestre. Isso acontecia em 1989. Naquela época, havia. Hoje em dia, a dinâmica é outra. Antigamente, não havia essa campanha de



prevenção da faixa de pedestre. E, realmente, o efetivo era maior, os policiais andavam a pé, ficavam na porta da escola. Mas, hoje, são 1.080 escolas. O que deveríamos ter, então, para cobrir todas as escolas? Se formos colocar dois policiais por escola — e vamos arredondar para mil — seriam 2 mil policiais. Em três turnos, 6 mil policiais, fora o pessoal que está de férias, de folga, e por aí vai. Estou apenas tentando abordar essa questão.

Mas o que é a faixa de pedestre? Será que é só o policial na porta? Quando acontece um fato em outra escola, o policial é tirado daquela faixa e levado para essa outra escola. E as outras escolas que deveriam ter a sua visita? Então, a faixa de pedestre é a unidade da área, é o batalhão de trânsito, é o próprio DETRAN, por meio da revitalização da faixa de pedestre, ou um agente do DETRAN ali naquela faixa, ou até mesmo a colocação das faixas em seus locais devidos. E nós temos vários problemas em relação a isso aí. Acontecem fatos desse tipo simplesmente porque a faixa não está na porta daquela escola, está em outro local. Bastaria fazer uma mobilização por meio dos conselhos de segurança escolar ou da direção da escola, que, muitas vezes, diz que já mandou ofício e não foi atendida, para que ocorra a revitalização daquela faixa.

Além do exemplo da faixa de pedestre, gostaria de citar alguns outros assuntos aqui também, como a própria estrutura da escola, um muro quebrado. De que adianta fazermos uma operação com detector de metais na porta da escola, se o muro está quebrado? Nós vimos, há pouco tempo, uma reportagem no Gama, em que a diretora reclamava há mais de ano que o muro estava quebrado. Será que é responsabilidade da Polícia deixar um policial naquela escola até que o muro seja construído, sem saber quanto tempo isso vai demorar? Então, de quem é a responsabilidade pela iluminação pública? Da administração? Da CEB? Será que a poda de árvores também não contribui para a segurança na escola?

Então, entrando um pouco na questão do uso de armas, nós temos realmente problemas. Essa é uma grande preocupação nossa, e nós atendemos às ocorrências de entrada de armas no colégio. Eu conversava agora há pouco, ali fora, com um dos nossos conhecidos, que dizia: *“Mas como é que vocês fazem em relação à entrada de armas no colégio?”*. Nós trabalhamos com prevenção. A E



prevenção é isto: é o policial presente na escola, estando ali, mostrando-se para que essas pessoas não entrem na escola.

E de onde vem a arma? Ela pode vir até de um policial que, na sua hora de folga, deixou a arma guardada em casa, o filho viu e levou para a escola... E, aí, entra toda uma questão do *bullying*. Não só policiais têm armas dentro de casa. Há aquele aluno quer mostrar superioridade ao coleguinha, dizendo que tem uma arma. Não que ele vá usar a arma especificamente, mas acidentes acontecem. Ou outra pessoa toma conhecimento de que aquele aluno tem uma arma e a toma, e por aí vai. Então, essa questão do uso de armas cabe diretamente a nós, da Polícia Militar, porque nós atendemos realmente várias ocorrências de entrada de armas no colégio e fora do colégio também.

Pegamos aluno matando aula, armado de faca — não é só a questão da arma de fogo —, e, nessas nossas conversas com os alunos, tentando entender realmente o porquê de ele estar indo à escola armado, muitas vezes ele confessa que está sofrendo ameaças na porta da escola, e começamos a pensar até quanto o policial militar pode contribuir para que isso não aconteça.

O trabalho da Polícia Militar, constitucionalmente, na questão da ostensividade e da prevenção, vai muito além do policial na porta da escola. É por isso que esse trabalho nosso de palestras...

A Polícia Militar tem um outro trabalho muito conhecido, o PROERD. Eu trouxe os dados aqui. Estou falando de batalhão escolar por ser do Batalhão Escolar, mas eu gostaria de passar aos senhores uma informação que foi dada pela Capitã Renata, Coordenadora do PROERD. O PROERD já atendeu aqui mais de 500 mil alunos, sendo que foi criado em 1998. É um programa que veio dos Estados Unidos e teve início no Rio de Janeiro, em 1993; em Brasília, a partir de 1998. Ele é feito em três turnos, e são cursos de três meses, em que o policial entra na escola — eles são destinados só para essa atividade. Normalmente, encontramos alunos nas ruas e nas escolas que falam que participaram desse programa e se orgulham. É claro que nós não conseguimos converter todo mundo, mas, entre esses alunos, se conseguirmos evitar um caso, e que fosse aquele caso que sobressaísse em relação aos outros, como foi o caso do Rio de Janeiro, por exemplo... Esse aí é um



caso isolado, todo mundo sabe disso, mas especula-se que o *bullying* — e eu acredito nisso também — tenha sido o pontapé inicial.

A intenção da Polícia Militar é esta: realmente prevenir, convencer os alunos em relação à prevenção — no caso do PROERD é de prevenção às drogas, mas acaba influenciando também na questão das armas.

Então, no Batalhão Escolar é isso aí: o policial na rua, o policial preocupado com a questão da prevenção, alertando os alunos sobre a importância da não violência, seja ela verbal — como a nossa palestrante falou —, seja de outras formas, que podem gerar violência maior, até em relação ao uso de drogas.

Então, mais uma vez eu gostaria de agradecer à Casa esse convite.

Não sei se tentei ser muito específico e prático, mas a Polícia Militar, por intermédio do Comando Geral, pediu para que eu repassasse que está à disposição dos senhores para qualquer eventualidade e com as portas abertas para tirar dúvidas, sempre à disposição da sociedade para fazer o melhor trabalho e aberta à sugestões também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço ao Tenente Coronel Eduardo Leite Sousa, que muito bem representou aqui o Batalhão Escolar do Distrito Federal e a instituição da Polícia Militar do Distrito Federal.

Concedo agora a palavra ao Sr. Joacy de Deus Pinheiro, Coordenador Técnico da Coordenação do Enfrentamento Nacional da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. JOACY DE DEUS PINHEIRO - Bom dia a todos.

Gostaria de saudá-los em nome de toda a equipe da Secretaria de Direitos Humanos, saudar as autoridades aqui presentes por intermédio do Deputado Mendonça Prado, agradecer pelo convite e dizer que já há alguns anos tentamos pautar a temática do *bullying* para a sociedade, por meio do nosso trabalho, que acontece junto às redes de proteção às crianças e adolescentes.

Eu vou falar sobre isso, mas, antes, eu gostaria de contextualizar como a temática da violência é tratada na Secretaria de Direitos Humanos, especificamente a violência cometida contra o segmento criança e adolescente.

A Secretaria de Direitos Humanos é uma instância eminentemente de articulação. Nós somos diferentes dos Ministérios da Educação, da Saúde e da



Assistência Social. Não estamos relacionados diretamente à execução das políticas nos Municípios. Basicamente, o trabalho da Secretaria é pautar em diversas instâncias, seja em um Ministério, seja no Governo do Estado ou do Município, as temáticas relacionadas aos direitos humanos.

Em relação à criança, não é diferente. Na Secretaria de Direitos Humanos, existe a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem algumas áreas específicas, entre elas, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que, eu diria, é o que mais recebe demanda para tratar das diversas formas de violência, e não só da violência sexual. O nosso foco sempre foi a questão do abuso e da exploração sexual, mas, no dia a dia, acabamos lidando com todas as formas de violência presentes na nossa sociedade.

Existe uma comissão intersetorial, coordenada a partir desse programa, que reúne representantes de diversos Ministérios. Estão lá os Ministérios da Educação, da Saúde, da Assistência Social, do Turismo, enfim, todos os Ministérios que de alguma forma são estratégicos para tratar do enfrentamento da violência sexual e da promoção de direitos de crianças e adolescentes. Há também a presença de organismos internacionais, que fazem a cooperação internacional com o Brasil, e organizações da sociedade civil. É a partir dessa comissão que as ações são pautadas, avaliadas, e se tenta alinhar as ações de cada instância para o enfrentamento da violência sexual.

Alguns produtos bem interessantes saem dessa comissão, como, por exemplo, as campanhas nacionais que acontecem pelo menos duas vezes por ano. A partir do período do Carnaval, é feita uma campanha grande de enfrentamento da violência sexual. E também a partir do mês de maio, já em parceria com a sociedade civil organizada, existe a campanha do 18 de maio, que é o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A campanha acontece em todo o País. É um dia de mobilização, que acontece também na Internet. Essas mobilizações ocorrem há vários anos, e eu diria que elas cumpriram o papel histórico de terem trazido para primeiro plano, em todos os âmbitos da sociedade, na mídia, no Legislativo, a temática da violência sexual, a necessidade de enfrentar a violência sexual. Hoje, vivemos em um País que não



duvida mais que esse problema existe e que sabe da necessidade de combatê-lo, e temos visto ao longo do tempo cada vez mais pessoas e profissionais e segmentos envolvidos nessa batalha.

Também foi realizada recentemente por essa comissão a atualização da matriz intersetorial de enfrentamento da violência sexual, que, basicamente, é um instrumento, uma ferramenta via *web* que vai permitir, a quem quiser, ter uma noção geral das políticas que existem em todas os segmentos, em todos os âmbitos do País, seja na esfera federal, seja na esfera municipal ou estadual, seja na sociedade civil, o que existe no País em termos de programas, projetos e ações voltados para a promoção de direitos das crianças e adolescentes com esse recorte de enfrentamento da violência sexual, obviamente partindo de um marco, que é o número de denúncias que a Secretaria recebeu. Vou já falar sobre isso.

Então, é um instrumento que está aí quentinho, acabou de ser elaborado pela Universidade de Brasília. Agora, em 18 de maio, fizemos o lançamento dessa matriz, e logo mais ela estará disponível para quem quiser ter conhecimento, ter acesso à análise da situação da violência sexual no País e também ao que aconteceu nos últimos anos em termos de construção de políticas e ações voltadas para o enfrentamento desse problema.

Existe também, a partir da Secretaria, atuação nas redes locais. Temos um programa que busca fomentar ações articuladas nas redes municipais. Basicamente é uma metodologia de fomento de ações articuladas. Quando esse programa chega ao Município é feita uma análise da situação local, principalmente da rede, como está a rede de proteção, o que está funcionando bem, se a segurança pública está legal e, se não está, o que precisa ser fortalecido naquele segmento; como está a assistência; como está a saúde, se está funcionando de fato, e como estão os Conselhos Tutelares. Então, é feito esse diagnóstico.

A partir daí, é construído um plano operativo, em que se estabelece um conjunto de ações dividindo as responsabilidades entre cada segmento, a partir de alguns eixos específicos. No eixo de defesa e responsabilização, entra a segurança pública, entra a justiça, entram os Conselhos Tutelares; no eixo de atendimento, a área da assistência, a saúde; no eixo de articulação de mobilização, contamos também, por exemplo, com o setor do turismo para o enfrentamento do turismo



sexual, da exploração sexual no turismo. Queremos sensibilizar para essa questão, todo o *trade*, todos os equipamentos existentes no Município, principalmente se for uma região de turismo, como acontece muito no Nordeste, na região de litoral.

Então, a partir desse plano, cria-se uma comissão no Município, que passa a monitorar todas essas ações, e uma grande capacitação acontece para todos esses agentes. Tentamos, de fato, envolver o máximo de segmentos possíveis, se pudermos contar com a associação dos taxistas do Município, com a rede hoteleira, com os policiais, enfim, com todos os segmentos estratégicos, eles são bem-vindos, e, a partir daí, dentro do contexto de responsabilidade de cada um, fazemos essa capacitação e preparamos a rede local para enfrentar essa violência.

Esse programa já chegou a 540 Municípios e agora está sendo expandido. Estamos de olho principalmente nas cidades que vão receber os jogos da Copa do Mundo. Sabemos que haverá grande volume de turistas, inclusive estrangeiros, e pretendemos ampliar progressivamente o programa, fortalecendo as cidades-sede.

Uma outra prioridade para a ampliação desse programa está nas grandes obras em desenvolvimento no País. Aqui em Brasília talvez não consigamos perceber, mas o País está virando um grande canteiro de obras, temos usinas sendo construídas, hidrelétricas, várias obras do PAC. Então, como forma de minimizar ou mesmo prevenir os impactos sociais que essas obras trazem, temos um conjunto de projetos e ações sendo desenvolvido *in loco*. Por exemplo, estamos em Rondônia, dentro do canteiro de obras das usinas, dialogando com os operários e toda a cadeia produtiva. Fizemos recentemente um grande pacto envolvendo várias grandes empresas nacionais e os consórcios que estão gerenciando essas obras. Foi assinado um pacto com essas empresas para garantir um trabalho de prevenção da violência e da exploração sexual contra crianças e adolescentes que acontecia nessas grandes obras e em sua cadeia produtiva.

Hoje, as empresas envolvidas no pacto dizem aos seus fornecedores que eles têm de garantir que, em todo o processo que está sendo desenvolvido, nenhum direito de criança e adolescente será violado, seja na área do trabalho infantil, seja em possíveis situações de exploração sexual cometidas pelos operários e por aí vai.

Essa metodologia que citei há pouco também está sendo exportada a partir de um projeto apoiado pelo BID. Ela está sendo disseminada para algumas cidades,



principalmente as cidades de fronteira, no âmbito do MERCOSUL, e aí são 15 cidades de fronteira, envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. É uma cooperação que tem como objetivo tratar do problema do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, que sabemos que ocorre nas fronteiras, principalmente nas fronteiras secas. E existe também, ainda no âmbito da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescentes, uma prática comum. Todo ano elegemos, selecionamos uma série de projetos a serem apoiados em todo o Brasil, no nosso caso específico, apoiamos o desenvolvimento de metodologias inovadoras. Como exemplo, posso citar o atendimento a adolescentes vítimas de exploração sexual, ou seja, que estavam no contexto da prostituição. Sabemos que o atendimento desses casos é algo desafiador.

Também em relação à população indígena, há algumas peculiaridades, assim como os problemas relacionados a adolescente com a sexualidade diversa à heterossexual. Os temas transversais geralmente são situações mais complexas, e a rede, em geral, tem uma certa dificuldade em lidar. Temos apoiado na tentativa de qualificar o trabalho dessas redes.

Um exemplo muito bacana também tem a ver com as metodologias de inquirição especial que acontecem no Poder Judiciário, as varas especializadas que passaram a instituir processos que tentam não revitimizar, ou, pelo menos, reduzir os danos causados por um processo judicial, em que a criança acaba sendo forçada ou levada a falar inúmeras vezes sobre a violência que ocorreu. Então, existe hoje alguns projetos específicos que tentam humanizar esse processo de forma que ela não tenha que se submeter inúmeras vezes a uma inquirição, a reviver toda aquela situação de violência sofrida.

E há outros mais: projetos que trabalham com a questão de gênero, com as questões raciais, sempre com foco no enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes.

Bem, quero falar de um serviço específico que vai dar o mote para podermos entrar na questão do *bullying*: o Disque-Denúncia Nacional, o Disque 100. Acredito que muitos já ouviram falar nesse serviço, que é gratuito e funciona em âmbito nacional. Hoje, funciona 24 horas por dia. Então, qualquer pessoa pode ligar, de qualquer lugar do País, e denunciar qualquer tipo de violência que esteja



acontecendo contra uma criança ou um adolescente. Funciona desde 2003, e a denúncia pode ser feita de forma anônima, a pessoa não precisa se identificar. É importante que ela diga o que está acontecendo, quem é essa criança, onde ela está. O Disque constitui um canal de comunicação da população com o Poder Público. Basicamente, o que ele faz é receber essa notícia, elaborar uma denúncia e informar a autoridade do Município ou do Estado e, se necessário, uma autoridade que atue em âmbito federal também, para tomar as providências necessárias. Aí contamos com uma rede de parceiros, que vai desde a Polícia Militar, Civil, Polícia Federal, os Conselhos Tutelares, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, ou seja, vários órgãos que atuam em parceria com o Disque 100 e que diariamente recebem nossas denúncias e tomam as providências.

Desde 2008, o Disque Denúncia está apto a receber denúncias de *bullying*, e aí é que está o xis da questão. Três anos depois de qualificarmos a equipe e inserirmos inclusive esse nome *bullying* entre as categorias de violência com as quais esse serviço trabalha, as nossas estatísticas em relação ao *bullying* ainda são insuficientes, simplesmente porque as pessoas não o denunciam. Não está na nossa cultura denunciar *bullying*. Isso é uma realidade que já aconteceu no passado, com outras formas de violência. As pessoas achavam que a exploração sexual de um adolescente não era um problema, achavam que a menina estava lá porque queria isso e sabia o que estava fazendo, usando roupa curta. Pensavam: “*Não vou denunciar, não. Essa menina sabe o que está fazendo*”. Havia essa ideia, que ainda existe em alguns lugares. Mas o fato é que, hoje em dia, eu diria que há mais pessoas que entendem que a exploração sexual é um crime que precisa ser denunciado, mas há outras que acham que não.

A lei está sendo cada vez mais qualificada. E os números são evidentes e demonstram que, progressivamente, cada vez mais, as pessoas passaram a se importar com esse crime e a denunciar esse tipo de situação. Para os senhores terem uma ideia, há cerca de 3 anos, a média de denúncias do Disque 100 era cerca de 30 denúncias por dia. Chegamos a 2009 com a média de 80, e hoje nós temos mais de 250 denúncias por dia recebidas pelo Disque-Denúncia nacional, apenas referentes a crianças e adolescentes.



No que diz respeito ao *bullying*, isso ainda não é uma realidade. Tanto entre os adolescentes como na família e na própria escola, denunciar o *bullying* e entender que as violências que ocorrem no contexto deste, em sua maioria, podem ser configuradas como crime não se tornaram uma cultura no nosso País. Se for praticado por um adolescente, ele pode, sim, ser responsabilizado. O Estatuto da Criança e do Adolescente já garante isso. E, se for praticado por um adulto, nem se fala. Também existem leis que podem levar à responsabilização desses agressores.

Estamos colocando à disposição esse serviço como uma ferramenta de enfrentamento nacional do problema da violência cometida nas escolas, principalmente no que se refere ao *bullying*, sem deixar de pontuar que temos tratado e vamos continuar tratando esse problema sempre focando a proteção das crianças e adolescentes, sejam elas vítimas, sejam agressores. Sabemos que adolescentes que cometem qualquer tipo de violência podem e devem ser responsabilizados, mas preferimos falar da proteção e do desenvolvimento de programas e ações que visem a tratar desse assunto e não estejam simplesmente no âmbito da criminalização do problema, até mesmo porque a maior parte das violências que ocorrem, que estão fazendo parte do contexto do *bullying*, já são consideradas crimes, já são tipificadas pela legislação, seja pelo Código Penal, seja pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós queremos muito tratar desse assunto. E acho que a Danielly trouxe algumas observações bastante preciosas, muito mais no âmbito da promoção de direitos. Temos, a partir daí, um entendimento de que não basta falar contra o *bullying*, fazer uma campanha contra isso ou sensibilizar as pessoas quanto ao problema. Isso é importante, sim. Mas nesse movimento há algo bem maior, há coisas bem maiores a serem tratadas e que precisam também ser tratadas. Isso é da nossa cultura. São questões que estão enraizadas na nossa cultura e que precisam ser tratadas. Há de se falar, sim, de respeito às diferenças na escola, do problema do racismo no Brasil, da falta de respeito à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, da homofobia e do problema da violência sexual também. Existe violência sexual dentro da escola — temos informação sobre isso. Recentemente isso começou a surgir como um problema bem grande. Inclusive o problema do *sexting* está retratado pela novela das oito. Não sei se todos já ouviram falar disso.



Sexting é uma palavra inglesa que combina as palavras *sex* e *texting* para nominar a prática de mandar mensagens por celular, coisas assim. Basicamente, trata-se do fenômeno em que adolescentes registram cenas de si mesmos ou de amigos em situações sensuais ou eróticas, e isso passa a ser divulgado, em primeiro momento, no âmbito da escola. Inevitavelmente, isso acaba gerando muito constrangimento e *bullying*, inclusive. É muito comum que o *bullying* parta desse tipo de situação. O problema é que, além de sair do grupinho de amigos, isso acaba resvalando para a rede, para a Internet, e uma vez que cai na rede perde-se totalmente o controle.

As pessoas não sabem que nós estamos falando de uma forma criminosa de violência: a questão da pornografia infantil, da produção de pornografia. Desde 2008 essas práticas são tipificadas. Houve a mudança do Estatuto. Hoje comete crime quem produz, divulga, fornece ou armazena. Então, podemos ter hoje uma leva de adolescentes, estudantes, que estão cometendo crime e não têm nem noção disso. O que era brincadeira acaba caindo nas redes de pedófilos e de comércio de pornografia ilegal.

Então, falar de segurança na escola e de enfrentamento ao *bullying* é falar de uma complexidade de coisas — e foi isso que a Danielly tentou trazer.

Nós estamos aqui totalmente abertos e dispostos a realizar esse diálogo. Reafirmamos que o nosso interesse é falar da promoção dos direitos, da promoção dos direitos sexuais, da promoção da diversidade e da promoção do direito à diferença, e não simplesmente cair no equívoco de achar que criminalizar o *bullying* resolve o problema, até mesmo porque existem sérias situações de *bullying* que seria muito complicado criminalizar, como, por exemplo, a de uma turma parar de falar com alguém. Não se vai tentar aplicar uma medida punitiva a um grupo de adolescentes que deu um “gelo” em outra pessoa. Nós sabemos que essas não são as situações mais graves. Temos conhecimento de que coisas seriíssimas ainda acontecem no ambiente da escola. Muitas vezes o professor... Nós também não vamos cometer o equívoco de achar que o professor é o grande responsável e o salvador da pátria. Não. De fato, temos o entendimento de que a escola precisa estar aberta para os diversos atores participarem e colaborarem nessa perspectiva de ordenamento positivo do ambiente escolar.



É isso. Quero colocar toda a equipe da Secretaria à disposição. O Disque-Denúncia já está apto a receber essa denúncia. No que necessário for, podemos voltar ao diálogo e pensar ações mais específicas. Sabemos da importância da escola na formação dessas pessoas, na formação da nossa sociedade. Lembro muito uma frase de Michel Foucault que caracteriza bem o lugar estratégico da escola. Ele fala dos elementos que a sociedade tem para garantir que pessoas consigam viver nas segmentaridades sociais. Ele usa a expressão: *“Família, escola, trabalho. Se necessário, prisão”*. Ou seja, se as instâncias anteriores não forem capazes de dar conta do ordenamento positivo da vida das pessoas, infelizmente, o que vamos ver acontecer depois é a marginalidade, a violência e a violação de direitos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço ao Sr. Joacy a brilhante exposição sobre o tema.

Vou passar para a segunda parte dos nossos trabalhos, dando início à fase de debates.

Quero registrar a presença do Deputado Domingos Dutra, PT do Maranhão, integrante da Comissão de Segurança Pública.

Desejo, inicialmente, dizer o seguinte: há poucos dias tivemos aqui a presença do Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, que falou algo que é de interesse de todos nós que legislamos e queremos cada vez mais aprimorar o nosso ordenamento jurídico para evitar o aumento da violência em nosso País: a ausência de um sistema nacional de segurança e de um banco de dados estatísticos que revele os motivos que causam a violência e os diversos crimes que são praticados.

Aproveito a presença dos ilustres palestrantes e convidados para pedir que posteriormente enviem à Comissão de Segurança Pública ideias e sugestões para que possamos formatar um projeto que obrigue os Estados brasileiros a aprovarem leis que versem sobre banco de dados relacionados à origem da violência.

Nesse caso específico, nós gostaríamos de obter informações sobre itens que devemos inserir para que haja o registro de ocorrências nos estabelecimentos de ensino do País, a fim de termos políticas públicas mais eficientes de combate à violência nas escolas. Que itens devem ser mencionados numa lei a ser aprovada



no Congresso Nacional? Quais devem ser inseridos num banco de dados relacionado ao tema? Quais são as ocorrências? O que as motiva? Quais são os crimes praticados? O que induz a criança ou o adolescente a praticar um ato ilícito? O que atrai alguém com condutas reprováveis a se aproximar da escola?

E quero aproveitar também a oportunidade para fazer algumas indagações, primeiro à Dra. Danielly, que mencionou alguns programas e cursos de capacitação oferecidos pelo Ministério da Educação. Eu gostaria de saber do interesse dos agentes públicos nos diversos Estados e Municípios brasileiros em relação a esses programas direcionados aos profissionais de educação da rede pública dos Municípios e dos Estados. Gostaria de saber o grau de interesse dos diretores e Secretários de Educação e qual a forma de acesso a esses cursos e programas.

Ao Tenente-Coronel, quero também fazer uma pergunta. Há poucos dias a Câmara dos Deputados discutiu um tema — e hoje eu fiquei preocupado com a sua exposição — relacionado ao uso dos recursos do Fundo Nacional de Educação para o melhor aproveitamento de *lan houses* em nosso País.

Pelo que pude observar, o senhor mencionou *lan house* umas quatro vezes como sendo um local — eu diria assim — inadequado ou incompatível para o dia a dia de estudantes, crianças e adolescentes. Esse é um tema que está vivo na discussão e nos debates da Câmara dos Deputados. E quero saber se *lan house* é realmente algo preocupante, se *lan house* é realmente um local do qual o estudante, o aluno deve estar distante, se é algo que atrai a violência contra crianças e adolescentes e se existem registradas ocorrências nesses locais.

Bom, são as minhas indagações iniciais.

A palavra está franqueada para quem desejar fazer algum tipo de pergunta aos ilustres palestrantes.

A SRA. DANIELLY DOS SANTOS QUEIRÓS - Esta é a oportunidade de eu falar um pouco mais especialmente do Projeto Escola que Protege, com o qual nós trabalhamos mais diretamente.

Esse projeto realmente tem a missão de trazer capacitação, formação continuada para os profissionais por meio das universidades públicas e comunitárias. Universidades federais, estaduais e comunitárias apresentam o projeto ao Ministério da Educação, o Ministério da Educação analisa, aprova-os ou não, e,



então, a universidade recebe recursos para, na sua localidade, oferecer aos profissionais de educação. O curso é oferecido às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Por exemplo, se a Universidade Federal de Sergipe teve o projeto aprovado, ela mostra esse projeto para a Secretaria Estadual de Educação ou para a Secretaria Municipal; então, a Secretaria de Educação libera uma quantidade de profissionais para realizar o curso. É nessa perspectiva que o Ministério da Educação fomenta o curso.

Muitas vezes, as Secretarias de Educação não liberam os profissionais porque eles já têm outros cursos que foram agendados. Essa é a maior dificuldade. Existe, sim, um interesse cada vez maior das Secretarias de Educação em fazer com que os profissionais tenham acesso a esse e a outros cursos relacionados à defesa dos direitos humanos, de modo geral. Isso tem sido crescente. Porém, como há um fomento cada vez maior para a qualificação dos profissionais de educação, às vezes o profissional só consegue fazer um curso, por exemplo, de 300 horas. Às vezes ele faz esse curso em um ano, e naquele ano já está comprometido. Temos alguns problemas com relação à liberação dos profissionais porque o número de cursos de formação tem sido cada vez maior.

Chamo a atenção novamente para o fato de que, neste momento, o modo mais fácil de o profissional de educação fazer sua inscrição é por meio da Plataforma Freire, que tem um *site* mantido pela CAPES.

Hoje a CAPES também tem uma Diretoria que atua na formação dos profissionais da educação básica. Ou seja, a partir do decreto, em 2007, nós tivemos uma ampliação das atribuições e das responsabilidades da CAPES e, por meio dela, dizemos ao profissional de educação os cursos de extensão e aperfeiçoamento de especialização existentes para ele. O profissional entra nessa plataforma, inscreve-se, e a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal homologa essa inscrição. É principalmente a partir da Plataforma Freire que o profissional de educação tem acesso a esses cursos, que são oferecidos pelas universidades públicas brasileiras. Esse é um primeiro aspecto.

Um outro é o de que o curso também pode ser oferecido — não pela Plataforma Freire porque não é relacionado — pela Universidade Aberta do Brasil. O curso do Escola que Protege traz Municípios que são priorizados. O que significa



isso? Quando a universidade tem um projeto aprovado pelo MEC, o MEC traz uma lista de Municípios para a instituição e diz: *“No seu Estado, esses Municípios são priorizados”*.

Quais são os critérios para a priorização desses Municípios? Municípios onde temos escolas com baixo IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Municípios onde se tem escolas com o Programa Mais Educação, que é a proposta do MEC em relação à educação integral, Municípios já apontados pelo Ministério da Justiça na lista do PRONASCI— Programa Nacional de Segurança e Cidadania, Municípios em que a Secretaria de Direitos Humanos já observou, pontuou e listou exploração sexual de crianças e adolescentes, Municípios onde se tem também o PAIR, que é uma metodologia da Secretaria de Direitos Humanos para o enfrentamento de violência, abuso e exploração sexual. Além disso, localidades mapeadas pela Polícia Rodoviária Federal onde se tem também violência, exploração sexual de crianças e adolescentes.

Seja pelo interesse do profissional de educação em determinada temática, seja pela priorização de Municípios onde ocorrem violências contra crianças e adolescentes é que se oferece esses cursos. Basicamente é assim que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Vou aproveitar e fazer mais uma indagação — fiquem tranquilos porque eu não vou monopolizar o debate.

Este seminário surgiu da discussão que se seguiu àquela situação de Realengo, no Rio de Janeiro. Achamos que seria necessário justamente fazer essa discussão sobre violência nas escolas.

Eu gostaria de saber o seguinte: há alguma discussão no âmbito do Ministério da Educação relacionada ao nosso modelo de estabelecimento de ensino? Vejam bem: logo após aquele problema, iniciou-se um debate público sobre a necessidade de se colocar inspetores nas escolas e capacitar os professores. As escolas devem ser dotadas de profissionais específicos, como assistentes sociais e outros. Existe esse debate? Se existe, qual a sugestão que nós temos?

Uma outra indagação é sobre a questão específica da segurança — e aí eu indago à senhora e também ao tenente-coronel. Existem ideias mirabolantes que quase transformam as escolas em estabelecimentos penais, como detectores de metais, aqueles protetores até com energia para evitar o acesso à escola, e eu



percebi que a senhora tem uma visão moderna e um tanto quanto contrária a esse tipo de sugestão. Mas qual o modelo que se discute? O que o Governo, o que o Ministério de Educação pensa sobre o modelo de escola em nosso País? Está faltando algum tipo de profissional na estrutura da nossa escola? Fala-se muito sobre inspetores escolares para acompanharem o dia a dia dos nossos estudantes. Qual é a visão? Existe esse debate sobre uma nova concepção, sobre uma concepção diferenciada, sobre um novo modelo de escola? Existe essa preocupação? E, se existe, nós estamos caminhando para qual destino, qual objetivo? Eu faço essas indagações.

Com a palavra o Deputado Alexandre.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Recentemente, na Comissão de Constituição e Justiça — já fazendo nexos com a sua pergunta, Presidente —, nós aprovamos um projeto que obriga uma psicóloga, no Ensino Básico, a acompanhar alunos e professores vítimas de *bullying*. Foi aprovado, na semana retrasada, na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto da Professora Raquel Teixeira. Eu não o trouxe aqui, vim desprovido do inteiro teor do projeto, mas faz nexos com a pergunta de V.Exa. e gostaria de contribuir somente com a resposta.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELLY DOS SANTOS QUEIRÓS - Bom, eu penso que o Ministério da Educação não é contrário à presença de profissionais que ajudem na ação educativa. Eu penso que não. O que nós devemos evitar é a medicalização de manifestações que não são exatamente de saúde no sentido mais tradicional do termo.

O que eu quero dizer com isso? Psicólogos, assistentes sociais, eu acho que contribuem, sim, para uma ação educativa. Por exemplo: na Secretaria de Educação do Distrito Federal nós temos a figura do coordenador pedagógico, muitas vezes do orientador educacional, que pode ser uma pessoa ligada à pedagogia, psicopedagogia ou psicologia, e contribui muito para essa coordenação, essa articulação, digamos assim, do ambiente escolar. Penso que é isso o que o senhor estava querendo falar.

Agora, além desses profissionais, é preciso considerar que uma nova concepção, um novo paradigma de educação e de escola tem que levar em conta o



desenvolvimento integral dos estudantes e uma educação também integral. O que eu quero dizer com isso? Não só é pensar no Programa Mais Educação, que hoje tem 15 mil escolas fomentadas diretamente pelo MEC, mas pensar numa proposta que envolva não só aqueles profissionais que já estão na escola, mas outros profissionais que podem também contribuir.

Por exemplo, no Programa Mais Educação, nós temos a presença de oficinairos, pessoas que vêm da comunidade para atuar junto aos estudantes. Ou seja, é fazer com que não só os estudantes fiquem na escola por mais tempo, porque seria fazer com que eles tivessem o mesmo tipo de dinâmica que hoje se tem, mas transformar, reconstruir a dinâmica que está na escola. É fazer com que os estudantes não só fiquem na escola por mais tempo mas que eles tenham acesso a outros equipamentos, a outros serviços, que também são educativos.

E aí é justamente o que eu quero dizer: precisamos fazer com que a escola não tenha mais muros, mas que a escola vá para fora e que as outras instituições estejam na escola. Eu acho que essa troca é a que mais pode contribuir para a segurança, para um ambiente escolar de maior aprendizado e de maior liberdade, de paz.

Enfim, o que eu quero dizer é que a escola pode, sim, estar aliada à sociedade, ligada a ela, fazendo com que os estudantes tenham cada vez mais acesso à cidade, aos museus, aos cinemas, aos clubes; contribuindo para que esse estudante tenha uma relação com o que está ao seu redor, ao redor daquela escola, e o contrário também, ou seja, que as outras instituições estejam mais presentes na escola, e aí vem o Batalhão Escolar e outras parcerias. Então, o que eu penso é que fomentar segurança na escola significa fazer com que as crianças e os adolescentes sejam educados para isso.

Aí chamo a atenção para aquela primeira pergunta que o Comandante citou: até quando a polícia deve estar na escola? Até quando a sociedade precisa da polícia para que tenha punição, para que tenha vigilância? A escola vai reproduzindo aquilo que a sociedade estabelece. Então, cada vez mais, se tenho uma sociedade preconceituosa, discriminadora, não-inclusiva, a escola também será assim.

Considerar que existe uma nova concepção de educação e de escola é começar a contribuir para que a ação seja muito mais do que de educação; é fazer



com que esse estudante perceba que existem diferenças entre todos nós, mas que essas diferenças não devem se constituir em barreiras, não devem se constituir em algo que seja visto como prejudicial ou como algo que me afeta a ponto de eu tentar praticar violência contra o outro, contra o meu par, contra um aluno como eu.

Então, é nesse sentido que eu penso que há uma concepção, sim, de uma nova escola, de uma nova educação, na perspectiva de que eu devo muito mais agir para fazer com que esse estudante perceba que o diálogo, a construção e a defesa de argumentos são muito mais importantes do que simplesmente eu ameaçar e dizer: “*Na saída da escola nós vamos ver o que vai acontecer*”. Eu acho que é nessa perspectiva que a escola precisa trabalhar.

Se existe um lugar, um espaço que precisa não só mostrar a punição mas também a educação, esse lugar é realmente a escola; ou seja, é na escola que o aluno também pode aprender a conviver com o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Tenente Coronel Eduardo Leite e aproveito para fazer mais uma indagação.

No final de semana, a revista *Veja* publicou que a escola que tem boa gestão, onde os diretores demonstram e se caracterizam como bons gestores, consegue relacionar a boa gestão a um bom desempenho dos estudantes. Os índices demonstram que a qualidade de ensino nas escolas onde há boa gestão é melhor do que nas demais. Eu indago se existe algum tipo de estatística em que se coteje o número de atos violentos com a qualidade do ensino, com o desempenho dos estudantes. Isso é observado?

É a última pergunta que faço. Posteriormente, passo a palavra aos demais participantes.

O SR. EDUARDO LEITE SOUSA - Eu gostaria de pontuar as três questões que foram colocadas.

Eu acho que vou começar com essa questão da nossa amiga Danielly dos Santos, que falou com toda propriedade. Talvez se eu fosse responder primeiro, eu falaria da mesma forma, não com as mesmas palavras — eu acho que a senhora foi bastante feliz —, mas eu gostaria de demonstrar o tanto que a Polícia Militar e a Secretaria de Educação estão entrosadas em relação às palavras e aos projetos.



A senhora questionou as ações que poderiam ser feitas para inibir ou para melhorar a segurança nas escolas. Acho que a mesma idéia que a Polícia Militar tem hoje em relação à escola aberta — e acho que esse nome “escola aberta” é um nome muito forte —, à questão da inclusão, é um discurso que nós temos aqui no Distrito Federal.

A questão é a seguinte: toda essa rede de proteção, toda essa rede de instituições que estão envolvidas com a questão da violência está sendo tratada há vários anos. Especificamente a Polícia Militar, como havia falado, desde 1989 tem tentado entrar nos eixos com relação a essa prevenção primária.

Aí volto a falar: será que seria necessário o policial estar dentro da sala de aula falando sobre prevenção de drogas? Onde está a falha? Porque acontece o seguinte: se há uma falha aqui, outros órgãos tentam cobrir aquele espaço.

Em relação a uma dessas conversas, preocupa-nos o papel realmente do professor, o que o professor precisaria fazer. Aliás não é nem o que ele precisa fazer, mas a função específica do professor. Ele começa a tomar ações até nessa questão de gerenciamento. A gente brinca muito com os diretores que os professores deveriam fazer um curso de gerenciamento de crise, como é feito com os policiais quando entram na escola. Isso seria adquirido com o decorrer dos anos.

Então, realmente, o que a Polícia Militar pensa é que as escolas têm que estar com os seus muros abertos, e aí eu gostaria de entrar um pouco na questão da *lan house*.

Eu acho que a questão não é a *lan house* próxima ao colégio. A inclusão da informação, da informatização dentro do colégio é uma coisa; outra coisa é você ter *lan house* fora da escola atraindo crianças que estão matando aula e tendo acesso fácil ao crime, como foi falado, de diversas formas — não vou nem entrar em detalhes, como o *cyberbullying*, a prostituição. No Distrito Federal, nós temos um decreto que fala sobre o perímetro escolar. Ele institui que o perímetro escolar é uma área contígua às cercanias do colégio, onde, a 100 metros, não pode existir nenhum tipo de estabelecimento que tire a atenção — não sei bem o texto — das crianças. E nós sabemos que existem pessoas mal intencionadas, e isso eu pergunto em relação à estatística.



Essa Operação Perímetro Escolar é uma operação da Secretaria de Segurança, com os dados estatísticos, envolvendo a Vara da Infância e da Juventude, que acompanhou todas as operações. Nessas operações, a Vara da Infância acompanhava os menores que estavam dentro das *lan houses*, ligava para os pais deles e os levava para os órgãos competentes, seja o DCA, seja o Conselho Tutelar — e nós temos estatísticas.

Nessas nossas idas, nessas operações, nós verificávamos que muitas vezes eram alunos que, na sua grande maioria, estavam matando aula; ou diziam que iam para casa e permaneciam; ou mesmo reconhecíamos o descomprometimento dos pais. Alguns pais não tinham o conhecimento de que seus filhos saíam da escola, iam para a *lan house*, mesmo fora do horário, e pessoas que costumam aliciar menores estavam ali tendo acesso fácil às crianças.

A *lan house* está no meio da rua. A questão não é a *lan house*, ela pode até estar fora do perímetro escolar. A preocupação da Secretaria de Segurança é em relação a trazer o aluno de volta para o ambiente escolar.

Costumeiramente, nas nossas rondas escolares, quando nós encontramos alunos em seus passeios, nós os abordamos: “*Você está no seu horário de aula?*” “*Não, estou indo para casa.*” “*Então, tudo bem.*” É uma prática normal do policial.

Agora dentro do perímetro escolar, eu gostaria de frisar que existe um decreto que fala especificamente sobre a proibição, a não-renovação do alvará de funcionamento, a proibição de venda de bebida alcoólica. Dentro do decreto está caracterizada essa questão da *lan house*.

Desculpe o meu desconhecimento em relação a esse projeto de *lan house*, mas aqui em Brasília a *lan house* estava sendo utilizada para aliciar menores e talvez, em decorrência disso, houve essa demanda da inclusão desse nome, “*lan house*”, porque estava havendo uma outra conotação. E as *lan houses* que funcionam próximo às escolas, se estiverem dentro da legislação, certamente terão seus alvarás renovados e irão funcionar, mas existe uma fiscalização, sim, em relação a qualquer tipo de estabelecimento que esteja próximo às escolas.

A Polícia Militar está atenta a essa questão. Nós abordamos os menores, principalmente as crianças que estão de uniforme, seja dentro ou fora do perímetro escolar, para questionar se realmente elas deveriam estar ali ou não.



Em relação a essas ações de detector de metais, câmeras, a questão não é ser contra ou a favor. Eu falo da experiência que o Batalhão Escolar tem. Em escolas particulares foram colocados detectores de metais. Naquela entrada, há constrangimento, assim como o circuito de câmera é uma questão polêmica. Agora imaginem uma escola com dois mil alunos, em determinado período, e você passando detector de metais em todos os alunos, com aquele aparelho que simula uma porta — desculpe-me não conhecer a expressão agora. Todo mundo hoje tem um celular. É um exemplo, o celular, o iPod passa e vai ser detectado. E na hora de entrar no colégio? Vai ser aquela confusão.

A senhora falou da questão da boa gestão; fez uma pergunta em relação à boa gestão, ao bom desempenho de estudantes. Eu acho que é uma questão muito grande falar sobre gestão, mas temos alguns exemplos em relação a escolas públicas bem administradas, onde houve alguns projetos em relação a essa rede que eu falava da limpeza, do espaço, até a limpeza do banheiro. Sabemos que existem várias pesquisas perguntando: “*O banheiro da sua escola é limpo? Você se sente bem?*” Começa por aí.

Eu acho que o ambiente limpo é propício a uma boa satisfação. O aluno se sente satisfeito. Se ele estiver satisfeito no colégio em relação a ter os meios necessários, como a questão da informatização, a limpeza do ambiente, a sensação de segurança — e a segurança, como eu disse, não é só o policial na porta da escola —, mas uma escola na qual, em período integral ou não, o aluno tenha todos os meios para se sentir satisfeito, é um bom caminho para o desempenho dos estudantes dentro das escolas.

Nós conhecemos casos de diretores que agiam de uma determinada forma, se esquivavam — eu gostaria de dizer isso também. Eu não poderia citar o nome de algumas escolas, mas algumas só melhoraram depois que mudaram realmente a direção de seus colégios, e os diretores começaram a tomar ações simples como a questão da escola aberta, a inclusão de alunos em diversos projetos.

Então, eu acho que o pontapé inicial seria a intensificação realmente desses projetos sociais, todos eles, seja em nível de Secretaria de Educação, seja envolvendo outros órgãos, de forma a que a gente consiga realmente trazer a comunidade, o aluno para dentro do colégio e ocupá-lo. Já que em casa alguns



alunos não têm condições, não têm acesso a Internet, a informações, que a escola consiga passar isso da melhor forma e forneça meios para que os alunos e a comunidade, sim, possam ter mais recursos para uma boa formação. Acho que é mais ou menos por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Tenho aqui uma solicitação demandando um comentário do representante do Projeto Educar.

Por questões culturais, a educação tem dificuldades no relacionamento com as forças de segurança. A maior parte da violência e criminalidade na educação não é encaminhada ao sistema de justiça criminal — isso da pré-escola às universidades.

Eu peço que, quem desejar, faça um comentário sobre esse assunto ou então... Realmente a pergunta é complexa.

Eu passo a palavra ao Deputado Domingos Dutra e, posteriormente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão e desta audiência, Deputado Mendonça Prado; o Coronel Eduardo Leite; a Dra. Danielly dos Santos; o Deputado do DEM Alexandre Leite e o Dr. Joacy de Deus Pinheiro.

Parabenizo V.Exa. pela iniciativa do seminário, lamentando a inoportunidade do dia. Eu acho que, pela importância do tema, o dia teria que ser um pouco melhor.

Eu não sou especialista na área de educação, portanto a minha intervenção aqui é mais como cidadão preocupado com o cenário em que a gente vive. É um cenário extremamente preocupante e complexo, porque parece que a violência infelizmente já ganhou as ações do Estado. Vamos ao futebol, violência no futebol; vamos na favela, violência nas favelas. *“Não, é por causa da pobreza”*. Mas vamos a um *shopping* de luxo em São Paulo e a violência também está presente. Nos grandes condomínios de luxo, há arrastões. Nas universidades, quase toda semana ou mensalmente, estamos vendo assassinatos. Estamos convivendo neste momento com a violência no campo, que tem uma outra natureza, um outro impacto; diz respeito à violência contra lideranças que lutam pela terra ou pelo meio ambiente. Mas o certo é que a violência está cada vez mais crescente.

Nós aqui fazemos o que é possível. É dever de todos nós, como cidadãos, fazer o que podemos. É mais dever ainda do Estado, que tem obrigação



constitucional. Mas em algumas horas nós ficamos um pouco pessimistas diante dessa realidade tão presente.

Para mim, como leigo, acho que o problema está na raiz, na fragilização dos valores fundamentais. Nós vivemos numa sociedade cada vez mais desumanizada. Valores como fraternidade, igualdade, solidariedade e justiça são substituídos pela impunidade. Todo dia convivemos com a impunidade, com a corrupção desenfreada, com a banalização da violência.

Nós somos favoráveis à liberdade de imprensa, mas a banalização da violência é algo que nos assusta. Amanhecemos o dia, e a televisão nos coloca um corpo na mesa do café. Programa de televisão que ganha audiência ganha patrocínio e expõe mais a violência. Abrimos os jornais, estão lá corpos aos pedaços, ou por acidente de trânsito ou por violência física. Nós vivemos numa sociedade em que a competição é a regra.

Portanto, é um quadro extremamente desanimador. Talvez esse quadro nos estimule a buscar alternativas.

Eu perguntaria a todos... Acho que a Dra. Danielly, no final da sua fala, nos deu o sinal de que a questão, primeiro, é a família. A violência nas escolas é mais complexa, pois lida com adolescentes, com crianças, com professores mal pagos, com escolas sem estrutura nenhuma. É muito mais complexo.

Mas eu deixo, talvez se quiserem responder, primeiro, até que ponto essa desarticulação da família moderna, em que o pai e a mãe, por mil motivos, têm que deixar o filho à disposição da escola ou então têm que deixá-lo ligado numa televisão, que não traz nada de positivo, com raríssimas exceções... Se a violência, se o *bullying* nas escolas é também reflexo da família, qual é a saída? Só a escola pela escola?

A senhora falou que a escola é reflexo da sociedade. Neste momento, nós estamos vivendo a questão da homofobia. Na semana passada, juntou um monte de Deputados nesta Casa e fez chantagem com o Governo: vão para as ruas estimular o preconceito contra quem tem uma orientação sexual diferente.

Portanto, se nós temos uma sociedade competitiva, que fragilizou os valores fundamentais, nós temos uma impunidade reinante. Os exemplos de corrupção são



cada vez mais frequentes. A distribuição de renda também é extremamente desigual na sociedade.

Então, como nós vamos resolver essa questão das escolas? Na medida em que a mídia estimula publicamente o preconceito contra o negro, contra o cigano, contra o homossexual, contra a lésbica, contra o pobre, contra quem está na rua, eu pergunto: qual vai ser a saída para evitarmos que na escola se reproduza um pouco do que se vê dentro da família e muito do que se verifica no dia a dia na sociedade?

Portanto, quero aqui deixar só esse registro, parabenizando V.Exa. pela audiência. O tema é mais do que urgente. Creio que outras audiências merecem ser feitas. Fica aqui o meu registro. Gostaria de saber se alguns dos debatedores desejam fazer alguma referência sobre qual é a saída, qual é o caminho que temos para diminuir a violência nas escolas, envolvendo crianças e adolescentes numa sociedade cada vez mais despedaçada em seus valores fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Agradeço ao Deputado Domingos Dutra pela participação.

A palavra está franqueada para que os senhores possam...

O SR. EDUARDO LEITE SOUSA - Sr. Deputado, a questão aqui é realmente o que podemos fazer na prática. V.Exa. falou de questões culturais. O que podemos fazer em relação a ações práticas?

Como eu havia falado anteriormente, cada um deve ocupar seu espaço. Temos os Conselhos de Segurança Escolar instituídos pela Secretaria de Educação, mas nem sempre as pessoas, apesar de terem conhecimento, se interessam por realmente participar. Essas ações devem ser feitas por pessoas interessadas. Devemos estimular esse interesse.

No caso, da Polícia Militar, entramos na escola e tentamos convencer da melhor forma tanto pais de alunos quanto professores. A escola, da mesma forma, ocupa o espaço abrindo suas portas.

Sobre a questão do convencimento... Uma pergunta do Projeto Educar vai bem ao encontro do que estou falando. Por exemplo, essa questão da sociedade não acreditar nas ações acaba incidindo em uma pergunta aqui. Por questões culturais e de educação, há dificuldade com a segurança. Nós incentivamos que o diretor relate em seu livro qualquer tipo de fato que aconteça na escola, mas nem



sempre isso acontece. Nesses anos passados, temos tido um discurso no sentido de que se faça o registro qualquer tipo de ocorrência. Se for uma ocorrência de âmbito escolar em seu livro; se merecer um registro policial que faça também a ocorrência, porque dependemos dessas informações também.

Mas não é só isso. A Polícia Militar realmente abraçou a causa. Estamos nessa tentativa de enfrentamento há vários anos. Estamos indo às escolas, tentando conhecer cada problema, pontuando cada escola e fazendo o contato com a direção da escola no intuito de ver cada o problema em si.

Vou dar um exemplo bem prático aqui. No CED 4, no Guará, onde temos alunos que vêm da Estrutural, porque lá não há quantidade de escolas. São moradores da Estrutural que vão para o Guará. São uma média de 8 a 10 ônibus que saem da Estrutural e vão para o Guará. Lá, houve um problema de relacionamento entre alunos, diretores e professores que só se resolveu depois que a diretora foi ameaçada de morte pelos alunos. Houve alguns atos de vandalismo; as aulas foram suspensas. Depois de alguns dias, foi realizada uma reunião com pais e alunos e a escola começou a adotar algumas medidas. Primeiro, os alunos deveriam ir para a escola com seus pais, os alunos que foram para delegacia por causa de vandalismo foram transferidos de escola e algumas ações começaram a ser tomadas na escola. Estamos no início ainda, com palestras e policiamento reforçado no local.

Porque é a aquela questão: será que tem de ter realmente policiamento? Nesse caso específico teve, porque o aluno dizia que no dia em que encontrasse a diretora iria matá-la. Falava isso na frente de qualquer um. Falava na frente do policial que o encaminhava para a delegacia por ameaça. No outro dia, o aluno estava lá. Esse aluno específico foi transferido para outro colégio, para o Centro 1, e a primeira coisa que ele fez nessa nova escola foi ameaçar a diretora. A diretora do outro colégio foi ao Batalhão Escolar perguntar o que poderíamos fazer.

Fica a pergunta: eu também não sei o que fazer, porque a Polícia Militar tem sua função constitucional, suas ações; encaminha o aluno para o órgão competente. No outro dia, o aluno está lá. Estava no Centro 4; foi transferido. Depois de transferido, permaneceu 2 dias na porta do colégio ameaçando a diretora. Quando foi para o outro colégio, a primeira coisa que fez foi ameaçar a nova diretora. A outra



diretora também teve de entrar de licença com medo de sofrer algum tipo de violência.

São ações emergenciais. Acho que o caminho é tentar uma educação primária. São ações demoradas. Mas, como havia dito, o PROERD com o qual trabalhamos há muitos anos, convidamos alguns alunos para discursar nas formaturas. Só vendo o grau de satisfação e de conhecimento é que podemos saber do que estamos falando. Realmente, eles absorvem isso. Se a gente conseguir convencer, ainda que seja uma minoria, em relação à questão da violência em si, já será um bom caminho a ser tomado. Da mesma forma a família, convidando os pais para esse tipo de conversa na escola, explicando que é importante eles estarem nos colégios. São ações de conselho escolar realmente — não é diretora? — onde a diretora poderá mobilizar a comunidade escolar. Falamos muito de trazer o aluno para dentro da escola, mas trazer os pais também e convencê-los sobre a importância deles na educação.

Como foi dito, a questão da família, logo em seguida a escola e no final... Como é que é? Família, escola, trabalho e prisão. O que a gente tenta impedir é isso aí, mas o policial militar está ali e é um dos primeiros a ter contato com o menor logo após a falta de controle, tendo já passado pela família e pela escola. Quando o policial é chamado é porque a crise já se instalou.

Trabalhamos realmente com a questão da prevenção. Tentamos fazer um trabalho anterior, entrando nas escolas e ajudando-as na melhor forma de educar os alunos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Pois não.

A SRA. DANIELLY DOS SANTOS QUEIRÓS - Em relação à questão da fragilização de valores, Émile Durkheim, sociólogo, educador do século XIX falava sobre uma sociedade anômica. A sociedade moderna seria uma sociedade doente, patológica. Uma das causas é justamente a questão da fragilidade de valores. Eu penso que muitas vezes a escola, sim, reproduz o que a sociedade estabelece como seus valores ideais, etc., mas ela pode contribuir numa contracultura. Ao mesmo tempo em que a escola mostra aquele conhecimento construído e consolidado, ela contribui para a construção de novos conhecimentos, novos valores, novos saberes. Então, eu penso que é nessa perspectiva que vamos contribuir para o segundo



artigo da LDB, que é a formação para o trabalho e para a cidadania. A escola pública tem muito essa vocação. Ela não está só preocupada com o conhecimento em si, que você transmite ou que você constrói com o aluno, mas com a possibilidade que temos de intervir no momento em que crianças e adolescentes estão passando por um período peculiar do desenvolvimento.

A esperança, talvez, pensando aí nesse olhar para frente, seja justamente na capacidade que a escola também tem de formar cidadãos e de fazer uma contracultura, apesar de observarmos que os meios de comunicação realmente contribuem também para todos esses valores.

Temos uma sociedade que é multifacetada mesmo. Ao mesmo tempo em que temos a valorização da competição, da injustiça, da impunidade, temos outras instituições que podem contribuir para a fraternidade, solidariedade e etc.

É preciso acreditar que podemos avançar na construção de novas perspectivas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Mais alguma indagação? Alguém quer se manifestar?

Tem a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Só gostaria de fazer um comentário. Assim como o Deputado Domingos Dutra, confesso que a área de educação não é a minha melhor área de atuação, ou seja, de um Deputado como cidadão, para expor uma reflexão. Eu estava aqui pensando: retirando o teor educativo do nosso debate, retirando as palavras sala de aula e escola, o que nós debatemos aqui? Detectores de metais; visitas periódicas e revistas periódicas pela Polícia Militar, nas quais são apreendidas armas de fogo, drogas, facas; discutimos tentativas de homicídio contra educadores; discutimos prejuízos mentais, psicológicos causados a pessoas; discutimos a presença da Polícia Militar armada e ostensiva, nas portas...

E aí eu pergunto: de que nós falávamos mesmo? Era de um presídio? Do que nós discutimos, como nós deixamos a situação chegar ao ponto em que está? Lembro-me de que no tempo em que os professores usavam palmatória, nós não discutíamos isso. Então, no que, desse tempo para cá, nós erramos? E até onde nós podemos intervir para que isso não continue acontecendo? Será que foi a



modernização? A globalização? Como a sociedade contribuiu para que isso chegasse a esse estágio que nós discutimos hoje? Porque, retirando esse teor que mencionei aqui agora, não parece que estamos tratando de uma sala de aula.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mendonça Prado) - Eu agradeço a todos a presença, em especial aos senhores palestrantes — Sra. Danielly dos Santos Queirós, Sr. Tenente-Coronel Eduardo Leite Sousa, Sr. Joacy de Deus Pinheiro — que contribuíram sobremaneira para a discussão que iniciamos no âmbito da Comissão de Segurança Pública.

Tudo o que foi dito aqui está registrado, gravado; todos os membros terão acesso ao conteúdo da fala de todos os palestrantes, e, certamente, terão as informações que estão sendo transmitidas como instrumento para aperfeiçoarem os projetos, melhorarem o ordenamento jurídico, conforme disse inicialmente.

Assim, agradeço a todos, em nome da Comissão de Segurança, em nome de todos os seus integrantes, as presenças.

Vamos suspender os trabalhos. Teremos pausa para almoço e retornaremos às 14h, com painel *Comércio e Controle de Armas e Munições*.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(A reunião é suspensa.)